

## Artigo

# Para quem é a proteção ambiental? Disputas territoriais entre a Vale e comunidades camponesas: O caso da APA do Rio Gelado em Carajás (PA)

Fábio Henrique Gomes Pontes

Fabiano de Oliveira Bringel

330

### Resumo

Desvendar a relação de poder assimétrica entre Neoeextrativismo e o Campesinato na região mineradora de Carajás, é nesse viés em que consiste o esforço de pesquisa demonstrado, parcialmente, neste artigo. Destacamos para isso, ser necessário a relação entre a dimensão ambiental da Questão Agrária na Amazônia. No primeiro semestre de 2021 adentramos na Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado, APA do Gelado, localizada na Floresta Nacional de Carajás – FLONACA, no Sudeste do Pará, *locus* do nosso estudo. Para a coleta de dados, utilizamos documentos institucionais (IBAMA, ICMBio e Vale/SA). Contudo, a etapa principal da nossa pesquisa foi o trabalho de campo. Utilizamos como técnica de pesquisa, gravações de áudio e entrevistas semiestruturadas, a qual busca dialogar entre o momento da conquista da terra e a relação estabelecida entre a Vale e as famílias camponesas. Além disso, utilizamos fotografias para aproximar o leitor da realidade imagética de nossa pesquisa. Em outros momentos, o uso do diário de campo foi imprescindível. Percorremos os lotes dos colonos que ainda resistem no território. Discorremos sobre isso porque muitas famílias sofreram impactos profundos em seu modo de vida e de produção e, logicamente, em sua reprodução social camponesa. Barragens, vigilância e uso restrito ao território na APA são alguns dos elementos constrangedores às territorialidades dessas unidades familiares. Os dados nos induzem a problematizar a ação da prática mineradora, promovida principalmente pela Vale, que reforça as contradições próprias da sua atividade, causando problemas ambientais ao converter os bens comuns em uma lógica de acumulação permanente. Como consequência, intensifica-se os conflitos territoriais e, contraditoriamente, se abrem possibilidades para

a permanência das famílias camponesas que têm resistido no território e construindo sua liberdade tecidas no trabalho diário com a terra.

**Palavras-chave:** Unidades de Conservação; Neoextrativismo; Vale; Direitos Territoriais; Campesinato.

## **For whom is the environmental protection? Territorial disputes between Vale and rural peasant communities: The case of the Rio Gelado Environmental Protection Area in Carajás (PA)**

### **Abstract**

Our research efforts involve revealing the asymmetrical power relations between neo-extractivism and the peasantry in the mining region of Carajás, as demonstrated in part in this article. In the first semester of 2021, we entered the Carajás Environmental Protection Area FLONACA in the southeast of Pará, the main site of our study. We used institutional documents from IBAMA, ICMBio and Vale/SA to collect data. However, the principal phase of our research was fieldwork. Our research techniques included using audio recordings and semi-structured interviews about the moment of winning land and about the relation between Vale and the peasant families. In addition, we used photography to bring the reader closer to the visual reality of our research. In other moments, the use of field notes was essential. We say this because many families suffered profound impacts to their livelihoods and their production and, logically, in their social reproduction as peasantry. Dams, security, and restrictions to land use in the environmental protection area are some of the elements constraining the territoriality of these family units. The data leads us to problematize the mining activity promoted primarily by Vale, which reinforces the very contradictions of its own activity, causing environmental problems upon converting common goods into a permanent logic of accumulation. As a result, territorial conflicts intensify and, paradoxically, possibilities to remain emerge for families who have resisted within the territory and built their freedom through daily labor with the land.

331

**Keywords:** Conservation Areas; Neo-Extractivism; Vale; Land Rights; Peasantry.

## **¿Para quién es la protección del ambiente? Disputas territoriales entre Vale y comunidades campesinas: El caso de la APA Rio Gelado en Carajás (PA)**

### **Resumen**

Develar la relación asimétrica de poder entre neoextractivismo y campesinato en la región minera de Carajás fue lo que nuestro esfuerzo de investigación quedó parcialmente demostrado en este artículo.

Para ello, destacamos la necesidad de una relación entre la dimensión ambiental de la Cuestión Agraria en la Amazonía. En el primer semestre de 2021 ingresamos al Área de Protección Ambiental Igarapé Gelado, APA do Gelado, ubicada en el Bosque Nacional Carajás – FLONACA, en el Sureste de Pará, el lugar de nuestro estudio. Para la recolección de datos utilizamos documentos institucionales (IBAMA, ICMBio y Vale/SA). Sin embargo, la etapa principal de nuestra investigación fue el trabajo de campo. Utilizamos como técnica de investigación, grabaciones de audio y entrevistas semiestructuradas, dialogando entre el momento de la conquista de la tierra y la relación entre Vale y las familias campesinas. Además, utilizamos fotografías para acercar al lector a la realidad imaginaria de nuestra investigación. En otras ocasiones, el uso del diario de campo fue fundamental. Recorrimos los lotes de colonos que aún resisten en el territorio. Decimos esto porque muchas familias han sufrido impactos profundos en su forma de vida y producción y, por supuesto, en su reproducción social campesina. Represas, vigilancia y uso restringido al territorio en la APA son algunos de los elementos que limitan la territorialidad de estas unidades familiares. Los datos nos llevan a problematizar la acción de la práctica minera impulsada, principalmente por Vale, que refuerza las contradicciones inherentes a su actividad, provocando problemas ambientales al convertir los bienes comunes en una lógica de acumulación permanente. Como consecuencia, se intensifican los conflictos territoriales y, contradictoriamente, se abren posibilidades para la permanencia de las familias campesinas, que han resistido en el territorio y construido su libertad entretejida en el trabajo diario con la tierra.

**Palabras clave:** Unidades de conservación; Neoextractivismo; Vale; Derechos territoriales; Campesinado.

## Introdução

### PARAUPEBAS FÍSICA

Parauapebas oferece aos olhos  
de quem a percorre, atento, uma  
Substancial variedade de relevo, solo e uso deste!  
A Floresta Nacional de Carajás e a Área  
De Proteção Ambiental somam-se a inúmeras  
Fazendas, onde o gado pasta tranquilamente, até  
que se alcance (com muito espanto) o colosso que é  
uma mina imensa de onde a Vale extraí minério de Ferro [...].  
Sabrina Medeiros, 2019

O fragmento acima dos versos do poema *Parauapebas Física* escrito pela jovem poetisa Sabrina Medeiros, apresenta-nos a cidade mineradora de Parauapebas, no sudeste paraense, conhecida como a capital do Minério. Tal identificação ocorre em virtude de o município figurar entre os maiores exportadores de minério de ferro, além de arrecadar maior parte dos *Royalties* da mineração no Estado do Pará. Na paisagem

destacam-se a Floresta Nacional de Carajás, a pecuária extensiva e os territórios camponeses (acampamentos e assentamentos) num amálgama de cultura e natureza do lugar. Em Carajás a extração mineral agudiza várias dimensões da Questão Agrária e, portanto, afeta profundamente os territórios subalternizados ao redor do empreendimento. Queremos fazer um debate com esse artigo apresentando uma face da Questão Agrária pouco estudada e debatida – a sua dimensão ambiental.

A Amazônia brasileira, especificamente, na sua porção oriental estruturou-se sob uma lógica atrelada aos Projetos Agropecuários e Mínero-Metalúrgicos. Um exemplo é o Projeto Ferro Carajás – PFC iniciado na década de 1970 sob responsabilidade da Companhia Vale do Rio Doce<sup>1</sup>. Por sucessivos anos, novas dinâmicas territoriais foram implantadas na região Sudeste do Pará (um dos lugares de atuação da empresa mineradora). Na Microrregião de Parauapebas, sudeste paraense, convencionou-se em chamar de territórios da mineração (PALHETA *et al.*, 2014) ou Província Mineral de Carajás. A região tem as suas atividades implicadas diretamente pelo capital neoextrativista da mineração (Projeto Carajás, Projeto S11D<sup>2</sup> e o projeto Salobo – divisa entre Parauapebas e Marabá).

Para entendermos a territorialização do capital minerário, faz-se necessário a recomposição do itinerário dos vetores econômicos que mudaram o perfil da fronteira agrária na Região. Os anos que se sucederam a década de 1950 anunciaram mudanças decisivas que afetaram diretamente a estrutura agrária do Sul e Sudeste do Pará. A partir desse contexto, o Estado brasileiro articulou uma relação com o capital internacional e reforçou a expansão do mercado capitalista no país, processo no qual a região amazônica, até então “desintegrada” ao restante da nação, assumiu sua devida importância. Nesse cenário, grandes corporações, típicas representantes das

---

<sup>1</sup> Companhia Vale do Rio Doce, foi assim chamada desde 1942 quando foi fundada. Em 1997, no Governo FHC foi privatizada. E desde 2008, passou a ser chamar Vale S/A.

<sup>2</sup> O projeto S11D é o novo foco de atividade da Vale. Constituído uma das maiores reservas ainda inexploradas do mundo com a pureza do ferro acima de 66,48%, o projeto S11D tem como objetivo instalar mina e usina de processamento com capacidade nominal de extrair 90 milhões de toneladas métricas de minério de ferro por ano (COELHO, 2015, p. 64).

formas capitalistas de produção, tornaram-se grandes latifundiárias empregando trabalho escravo em suas fazendas expandindo a monocultura da produção agrícola e a exploração do subsolo. É o caso da Volkswagen do Brasil que apregoa em várias partes do mundo o uso de modernas técnicas de produção e relações de trabalho, especificamente capitalistas, mesmo que embora na Amazônia realize exatamente o contrário, compreensivelmente, sem nenhuma publicidade. É o caso da CVRD, hoje Vale, que sob a batuta dos governos militares, sempre com discursos de um Estado nacionalista, pactuou com a *United States Steel* (USS), da família *Rockefeller*, para explorar minério na Serra de Carajás que deu origem ao Projeto Ferro Carajás (PFC) (BRINGEL, 2019).

Inegavelmente, a escalada de conflitos sinaliza para inserção do Brasil na era capitalista globalizada, acompanhado de políticas internas estatais e mais recentes mecanismos de expropriação neoliberais. Assim, a política do Estado Mínimo no Brasil o configura como um mero expectador do mercado e das empresas multinacionais, pois as mesmas regulam para si benefícios e meios para auferir cada vez mais lucros. Ou seja, as políticas Neoliberais comprimem o Estado na tomada de decisões abrindo espaços para a maximização de lucros das transnacionais (FERNANDES, 2008). Essas ações repercutem nos territórios dos povos do campo e, em Carajás, a extração mineral é o exemplo disso. Em síntese, para Malheiro (2019, p.119) “Estradas, grandes empresas de mineração, fronteira agrícola, latifúndios, cidades e mais cidades surgidas à beira de estradas: essa é a gramática de entendimento do que se convencionou chamar de desenvolvimento na Amazônia”.

Na Amazônia, os conflitos estão associados à reorganização do espaço brasileiro na passagem de um Estado populista, arremedo do que foi o Estado de bem-estar social na Europa, para os ditames neoliberais no final do século XX. Em Carajás, o conflito no espaço agrário paraense gravita em volta da extração mineral, seja em garimpos ilegais ou modernas plantas minerais, utilizando os mais sofisticados recursos tecnológicos para gerenciamento e extração da mina e para elaborados mecanismos de captura de terra.

A Questão Agrária na Amazônia afunila-se com a inserção dos projetos Mínero-Metalúrgicos, em especial na Província mineral de Carajás. De acordo com BRINGEL (2019) essas novas interfaces, seja na resistência camponesa materializada nos assentamentos rurais quanto na resistência histórica de comunidades contra seu deslocamento compulsório, colocaram a prova a família camponesa. Da mesma maneira, novas estratégias de espoliação pelo capital são materializadas no território, impondo novas estratégias para recriação social camponesa, na geografia das lutas pela terra no sudeste paraense.

Nos procedimentos metodológicos, optou-se inicialmente por entrevistas dirigidas e semidirigidas, isto é, trabalhar com fontes orais para um melhor aprofundamento na vida das famílias camponesas que ali se reproduzem diariamente. Outrossim, a técnica da história oral nos aproxima dos questionamentos iniciais envolvendo Mineração e campesinato da APA do Rio Gelado. Ou seja, a história de cada uma dessas famílias irá nos possibilitar entender a reconstituição do território camponês bem como a sua construção. É importante destacar que a nossa opção inicialmente por trabalhar com fontes orais é o alicerce da forma como se relacionam com as terras de trabalho e reproduzem-se enquanto camponeses, bem como as percepções sobre as empresas mineradoras que se instalaram em seus territórios. Além disso, recorre-se ao recurso imagético, utilizando fotografias registradas em campo.

A primeira parte do artigo desvenda a conquista da terra na APA do Gelado, paralelamente à implantação do Projeto Ferro Carajás, como um aspecto fundamental da resistência desse campesinato. Na segunda parte, é o resultado do trabalho das observações e registros feitos em campo, propomos um olhar crítico entre Mineração, Campesinato e Neoextrativismo em Áreas de Proteção Ambiental. Por fim, os estudos apresentados aqui nos revelam uma profunda e acelerada alteração no modo de vida daquelas famílias na APA do Gelado. Por fim, concluímos apresentando alguns desafios para a reprodução das unidades de produção camponesas.

## 1. Mineração e território camponês – velhos e novos desafios

Partirmos da premissa que o campesinato r-existe na sociedade capitalista criando formas para sua reprodução social (PORTO-GONÇALVES, 2009). Em Shanin (1979), o camponês além de ser uma *classe* é também um *modo de vida*. Pensar a articulação entre essas duas dimensões, modo de produção e modo de vida, é entender que a sua principal característica está na unidade familiar. É nela que observamos a interseção entre essas clivagens. Seja por meio de um aspecto *mais* material ou *mais* simbólico. É no trabalho familiar na/com a terra que esses elementos se entrelaçam. É na família, sua principal força de trabalho, que se constitui a legitimação de sua identidade.

O capitalismo impõe normas aos territórios, promovendo ora tentativa de expropriação do camponês ora apresentando elementos para a sua reprodução. De uma forma ou de outra, o trabalho familiar, prática típica do camponês, tem avançado. Em vista disso, observamos:

Ao mesmo tempo em que há um aumento dos latifúndios capitalistas, há um aumento das unidades camponesas de produção, ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifúndios, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas (OLIVEIRA, 1991, p. 26).

Oliveira (1991) parte do princípio contraditório do Modo Capitalista de Produção que a um só tempo, promove no seu interior, a partir de sua espacialidade desigual no território nacional as formas capitalistas e não-capitalistas. O aumento da propriedade capitalista não extingue a unidade de produção camponesa como queriam os teóricos do Paradigma do Capitalismo Agrário. Segundo Felício (2006), é nesse contexto que a luta pela terra está determinada nas contradições do desenvolvimento do capital, a expropriação cria condições para o seu retorno. Com efeito, essas reflexões nos ajudam a entender, mesmo que parcialmente, a relação entre os processos minerários na fricção com os territórios camponeses.

É nessa esteira que começamos a pensar o início da construção do território camponês na APA do Gelado. Eles envolveram embates pelo uso da terra e dos bens comuns (*livelihoods*). Em nossa pesquisa de campo, ao indagarmos sobre como se deu a conquista da terra, Deuzelena, explicita:

[...] os homi, né, os homi. Era muito homem que vinha para lá, aí, chamaram o meu marido que, era pai dos meu menino, aí chamaram ele para vim aí ele veio, e aí a Vale pegava ele e botava para fora. Tinha que vez que levava eles para Paraupebas, quase nu, assim trabalhando dentro do mato, né, saía todo rasgado velho, aí levava para Paraupebas, deixa eles, aí não vocês não pode ir para lá. E aí o pessoal ia embora, e o povo entrava de novo, até que depois aí mediram a terra e entregaram para eles (Deuzelena, entrevista concedida em julho de 2021).

A sabedoria de luta das famílias é evidenciada na fala acima. Para esses agricultores só restava a guerra de movimento. Quando a Vale saía eles retornavam a terra. Numa lógica de deslocamentos contínuos, numa verdadeira disputa pelo cansaço. A terra, no caso, era a Floresta Nacional de Carajás. A cada nova retirada da Floresta e o desejo de permanecer no território eram reforçados com bastante resistência. Marques (2008) ressalta as diferentes formas de resistência social camponesa. Ela caminha para o encontro de diversidades de “configurações camponesas existente no Brasil” (p. 30). Estamos diante de um complexo processo de recriação e territorialização camponesa, assim como o embate entre o setor agromineral, exportador de *commodities* e os diversos grupos sociais como quilombolas, indígenas e camponeses.

Estudando o campesinato posseiro da fronteira, Hébette (1989) refletia que o modelo de colonização “espontânea” abriria esperanças para a reprodução social desses agricultores. Pensou que, apesar das perseguições por órgãos oficiais do governo e de grupos hegemônicos na Amazônia, os grupos familiares teriam “[...] que criar na marra o seu espaço de sobrevivência e perspectivas para o futuro” (HÉBETTE, 1989, p. 80). Nesse sentido, a ocupação na APA do Gelado se desenhou nessas características da resistência “aí levava para Paraupebas deixava eles, aí não vocês não pode ir para lá. E aí o pessoal



ia embora, entrava de novo”<sup>3</sup>. De maneira geral, toda a formação socioespacial do sudeste paraense é marcada pelos crimes de pistolagens, grilagem de terras, crimes ambientais. Nesta região, a terra tornou-se privada, configurando-se “oceanos de latifúndio” expropriando famílias camponesas (MACEDO, 2006).

Boa parte das famílias envolvidas na disputa pela terra na Região do Bico do Papagaio<sup>4</sup> passaram por um período de suas histórias de vida migrando pelas “grotas” de garimpo. Os camponeses que trabalhavam, muitas vezes, em regime de servidão nos Castanhais são obrigados a buscar alternativas que se oferecem quando se estabelece a decadência destes. Elas vão desde a ocupação desses mesmos castanhais até a experiência em diversos garimpos, principalmente no Estado do Pará. É nesse contexto que desponta a famosa Serra Pelada como o garimpo que mais atraiu pessoas por nós entrevistadas. No seu auge entre 1980 e 1982 chegou a abrigar cerca de 100 (cem) mil garimpeiros. Outros menos famosos como Cotia em Curionópolis, Garimpo do Rio Gelado em Eldorado do Carajás são exemplos desses deslocamentos temporários para os garimpos (BRINGEL, 2015). O trabalho garimpeiro é sempre muito efêmero e precoce. O garimpo no horizonte desse sujeito é relacionado ao ato de *aventurar-se*. A *aventura* está diretamente relacionada “a uma atividade específica que vai ser tentada, fora do universo camponês, e que implique um deslocamento espacial temporário” (MAGALHÃES, 2002, p. 267). Sendo que não se perde o horizonte de que no garimpo não se “pára”. *Passa-se um verão*.

A “corrida” até as cavas de extração aurífera em serra pelada, envolvia estratégias de reprodução dessa massa de trabalhadores, oriundas das mais diversas regiões do Brasil, em especial do Maranhão, divisa com o estado do Pará. Becker (1991) assevera um fator importante para esta grande mobilidade, segundo a autora, a família camponesa vislumbrava, ao migrar até os garimpos, fazer seu processo de

---

<sup>3</sup> Deuzelena, trabalho de Campo, Maio 2021.

<sup>4</sup> Região conhecida na década de 1960 e 1970 pelos intensos conflitos de luta pela terra. Localiza-se no entroncamento entre os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Sua área é de transição entre o cerrado, a mata de cocais e a floresta de terra firme.

capitalização. Ou seja, mais uma estratégia que vai no sentido reprodução social de orientação camponesa. Deuzelena, moradora hoje da APAIG (Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado), passou com sua família pela experiência do garimpo e se deslocou posteriormente para o processo de luta pela terra. É como vemos no fragmento de sua entrevista:

[...] vixe, meu marido sabe de tudo. Mas eu, era mulher esperta. Mas, lá no mínimo, mais ou menos, têm uns 30 anos, que eu cheguei da APA. Eu vim do 30, eu vim de Curionópolis do 30<sup>5</sup>. Rapaz ali foi o seguinte, a APA, ali eu e meu marido e o “Pedim”, meu vizinho de terra, a gente veio e *grilo*, veio *grilando*<sup>6</sup> a terra, *grilamos* a terra e vingou. Aí a Vale mais o mirrade<sup>7</sup> e a Vale e o pessoal do INCRA foram e dividiram o lote e deram para gente, até hoje tá lá ainda, mais assim colocado por esse pessoal, o Incra, o mirade e a Vale do rio doce [...] (Deuzelena, entrevista realizada em maio de 2021).

Ainda neste momento da construção do território camponês, famílias inteiras migraram para as chamadas “terras livres”<sup>8</sup>. Um dos lugares de existência dessas terras era a própria Serra de Carajás. Antes, mesmo, da institucionalização da FLONA de Carajás, criada apenas em 1998. O significado da sua criação era de promover um “cinturão verde”<sup>9</sup>, para enclausurar o acesso à terra e aos bens comuns. Este território é composto por três Florestas nacionais - Carajás, Itacaiúnas e Tapirapé Aquiri, a Rebio Tapirapé e a APA Igarapé Gelado. Tudo para manter o controle sob o território da mineração e com o irônico nome de “Cinturão Verde”. O termo usado pela nossa interlocutora, como “grilar

<sup>5</sup> Do “30” é como os moradores locais se referem a Serra Pelada. Esta localidade “KM 30” deu origem ao Município de Curionópolis. Toponímia dada para homenagear o Coronel Curió, homem designado pelo Estado Maior das Forças Armadas para fazer o “controle” do Garimpo.

<sup>6</sup> A informante se refere a “grilar” a terra como sinônimo de Ocupação.

<sup>7</sup> O “mirrade” é a expressão utilizada pela camponesa para se referir ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Rural – MIRAD, instituído no bojo do processo de redemocratização em 1985, pelo Governo Sarney, através do Decreto 91.214 de 30 de abril de 1985.

<sup>8</sup> “Terras Livres” é uma categoria utilizada pelos agricultores para designar a existência de terras sem serem privatizadas, onde haveria a inexistência, ainda, propriamente de um mercado de terras. É a terra apenas com valor de uso e, não, de troca.

<sup>9</sup> O Cinturão Verde, como a nomenclatura nos refere é um território fechado, envernizado de um componente ambiental. Este território fechado é composto pela “área dedicada à atividade mineradora e pela *Company Town* construída para abrigar seus trabalhadores; a teia urbana e os núcleos concentradores de trabalhadores urbanos e rurais; e finalmente as áreas de entorno em relação aos centros econômicos e políticos.

a terra”, podemos deduzir como ocupar a floresta. Em outros casos, os camponeses residiam nas fazendas, executavam o trabalho diário como peões ou mesmo caseiros, até obter a sua autonomia: “conseguir um lote”.

Indagado sobre o momento inicial da ocupação do território na APA do Gelado, Seu Raimundo Nonato revela,

Quando eu vim, cheguei pra cá, comecei a trabalhar com roça mesmo né, fiz essa abertura que aqui não tinha, tinha uma aberturinha aqui né, era só mato, só mato mermo, aí eu comecei. Primeiro, que não tinha motosserra, eu “derrubava” no machado, sabe? Eu prantava o arroz, prantava mandioca, agora eu não planto mais arroz, ai comecei a criar um gadinho. Que eu tenho né, a criação. Aí os filhos foram casando e foi ficando aqui, encostado em mim. Tens uns que moram na rua, mas aí eu falo a terra é grande, dá para fazer casa (Raimundo Nonato, entrevista realizada em maio de 2021).

Diferente do projeto oficial do estado, a ocupação da terra ocorreu de maneira não articulada aos interesses dos grupos hegemônicos na época. Seu Raimundo, migrou do Maranhão, conquistou a terra no trabalho diário, ou seja, “eu vim pra cá comecei a trabalhar na roça”. De acordo com Saquet (2006), o homem a partir da vivência em sociedade se estabelece no território, em sociedades e com o desenvolvimento de atividades do cotidiano e que ele cria elementos da sua territorialidade. Assim, na APA do Gelado, essas territorialidades foram tecidas ao longo do trabalho das famílias camponesas.

Outro ponto que gostaríamos de destacar é o desejo de ter os seus filhos próximos na mesma terra, “tens uns que moram na rua, mas aí eu falo a terra é grande, dá para fazer casas”. A reprodução dessas sociedades e de suas unidades familiares de produção tem como base uma série de práticas coletivas marcadas pela reciprocidade, além de usos de recursos comunitários, a transmissão intergeracional de bens como doação de animais, terras, dotes, e dotações, transmissão de saber pela família e pelas redes sociais (SABOURIN, 2007). Ainda sobre a fala Seu Raimundo quando ele se remete a ideia de “rua”. Nos interiores das Amazônias quando se quer falar sobre as

idades, o “colono” aciona o termo “rua”, que seria o espaço da cidade propriamente dito.

O Programa Ferro Carajás – PFC previu a abertura de colônias agrícolas, denominadas de CEDERE I, II, III. Eram “centros” destinados para o assentamento de famílias que se tornariam excedentes populacionais provocados pelo afluxo de pessoas atraídas pelo Grande Projeto. A gestão desse processo caberia ao GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia – Tocantins). A questão é que os CEDERES não tiveram a capacidade de absorção de todas as famílias que se deslocaram para a região. Já na década de 1980 já tinham perdido o controle dessa política populacional.

Essas “colônias”, também, tinham sido pensadas para comporem o mosaico de segurança do grande empreendimento. Como podemos ver no fragmento da autora:

Vários elementos compõem o cinturão de segurança, a saber: a) reserva indígena do Cateté, como bastião de defesa do setor sudoeste, b) projetos de colonização do Getat, defendendo o setor sul e leste, c) Setor norte-noroeste, representando a parte não bem-sucedida do cinturão e d) Homens que patrulham o território e suas vias de acesso, e que varia com o grau de tensão no cinturão de segurança [...] (BECKER, 1997, p. 65).

Deste modo, diversos artifícios foram elaborados para conter a chegada desses contingentes de trabalhadores e camponeses sem terra. Evidencia-se, a tentativa do estrito controle do/sobre o território. Tais usos objetivando a lógica seletiva ao acesso aos meios de vida, como a terra e os bens comuns (rios, florestas, frutas, madeira, peixes etc.) abre uma fissura de ordem não só material, mas também cultural e simbólica pelo fato de que reedita a desterritorializações de povos originários e camponeses confinados ou não em reservas (SOUZA, 2020), e ao mesmo tempo reverbera ações autoritárias contra os posseiros.

O controle do território nas imediações da FLONA de Carajás, ocorre a partir de um aparato de segurança privada, como também concessões sobre o subsolo rico em minerais para as Firmas. Porém, os agricultores na luta pela terra arquitetam múltiplas possibilidades de ruptura ao cerco montado pelo capital minerário com anuência do

Estado. Esses objetos espaciais foram materializados nos exemplos do Projeto de Assentamento PALMARES II, Vilas Sansão, Vila Paulo Fonteles, Valentim Serra e tantas outras.

A resistência de camponeses, seja na luta pela terra, por intermédio de sua associação a sindicatos de trabalhadores rurais ou movimentos sociais como o MAM (Movimento pela soberania popular na Mineração) são indicadores dos cenários de conflitualidade aguçados pela exploração mineral. Fabrini (2011), nos orienta que os movimentos sociais do campo almejam como objetivo de questionar a ordem estabelecida bem como os arranjos estruturais da sociedade. A luta pela terra e as mobilizações contra as investidas da Mineradora Vale na Região de Carajás é o ponto de partida para a nossa análise.

## 2. Mineração em Áreas de Proteção Ambiental

A área de Proteção ambiental do Igarapé gelado foi criada a partir do Decreto Federal nº 97.718 de 05 de maio de 1989. A APA do Gelado integra o Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC). Enquadra-se na tipologia de Unidades de conservação de Uso Sustentável e as Unidades de Proteção integral. Por conseguinte, faz parte do chamado “cinturão verde”, com: Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, Reserva Biológica do Tapirapé, Reserva Indígena Xicrin do Cateté, Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado e por último o Parque Nacional dos campos ferruginosos, ou seja, perfazendo a chamada FLONA<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Na Floresta Nacional de Carajás (Flona de Carajás), Estado do Pará, existe uma área de vegetação de savana metalófito, denominada de canga, composta de gramíneas, espécies arbustivas e rupestres, capão de floresta, espécies de áreas inundáveis, jaborandi (*Pilocarpus microphyllus* Stapf ex Wardleworth), buriti (*Mauritia flexuosa* Mart.) e espécies raras e/ou endêmicas como a flor de Carajás (*Ipomoea cavalcantei* D. Austin) (SANTANA et al., 2008, p. 01).

Segundo Martins (2016) os primeiros registros na criação de Unidades Conservação no Brasil ocorreram com o Parque Nacional do Itatiaia (PARNA) em 1876. Mas foi somente no período da ditadura empresarial-militar, que aumentaram expressivamente o número de U.C. com o propósito de estatização das terras públicas e gestão dos recursos naturais. A partir da nova constituição de 1988 que se exigia a criação de unidades de conservação, sob a égide do governo Sarney, a CVRD, com participação do IBAMA toma posse da Reserva Biológica do Tapirapé e Área de Proteção Ambiental do Gelado.

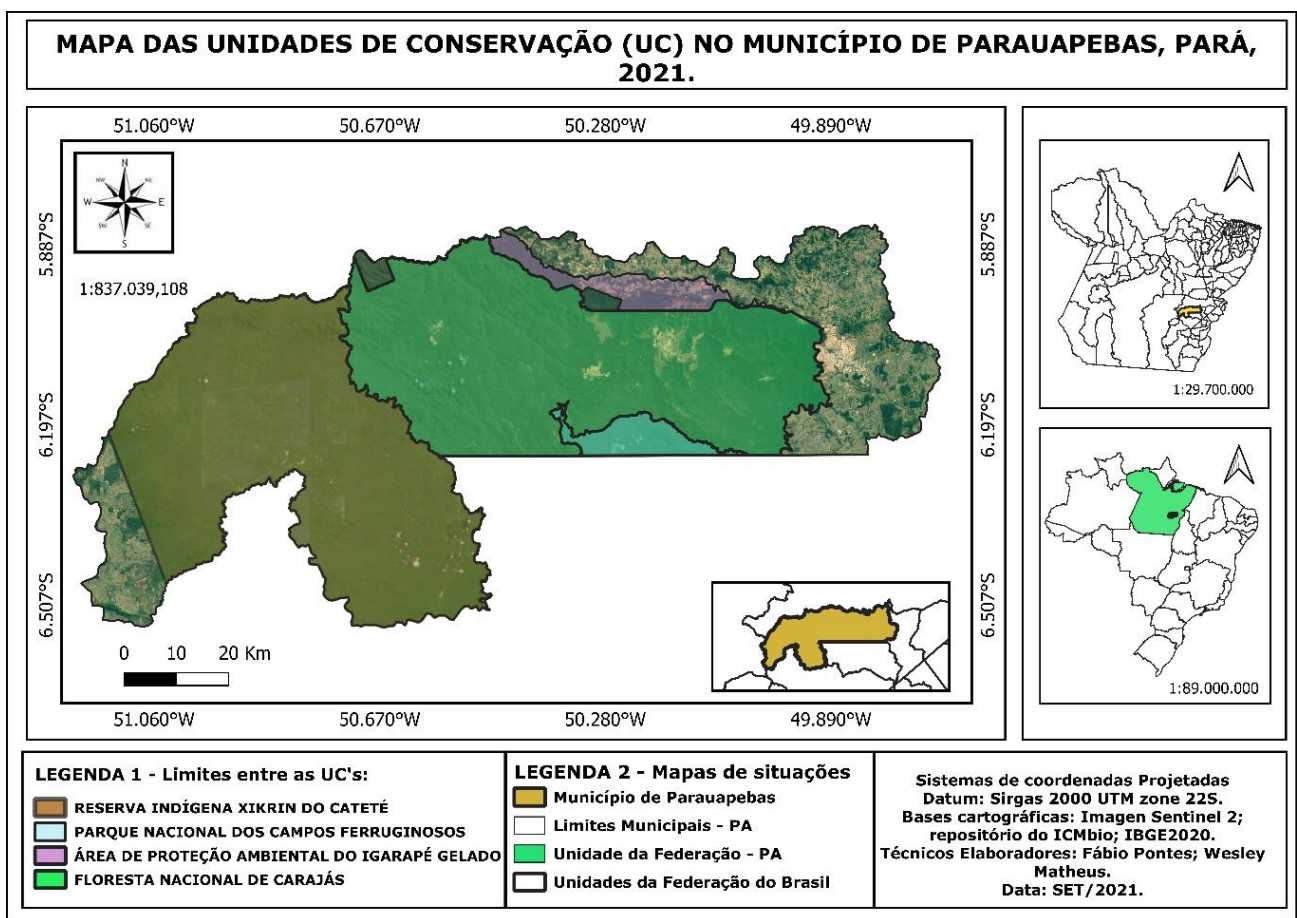
Loureiro (2014) nos elucida, a partir de dados do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), que houve uma crescente pressão de requisições para lotes de terras. Maior parte delas de empresas locais. Para esta autora, ocorreu uma contínua imposição pela compra de terras públicas ou griladas, fragilizando aqueles que estavam na condição de posseiros, portanto, em condições subalternas a lógica plutocrática. A atividade de extração Mínero-Metalúrgico exige uma grande quantidade de áreas para a sua atividade, as plantas minerais preveem desde a prospecção, britagem, “lavagem” e a construção de barragem para os rejeitos. Para isso, “em 1986 lhe é concedido o Direito Real de uso resolúvel por tempo indeterminado, sobre uma área de 412 mil hectares” (LOUREIRO, 2014, p. 245), ou seja, a Mineradora Vale detinha aí uma grande área para a instalação da sua planta de mineração.

O território é diretamente modificado e transformado pela instalação de grandes projetos. Impactando territórios indígenas bem como de trabalhadores rurais. O emprego do conceito de território insere-se na perspectiva da sua multidimensionalidade. Nesse sentido, podemos exemplificar a existência de territórios distintos e, ao mesmo tempo, conflitantes. Na mesma região coexistem perspectivas capitalistas atreladas aos grandes grupos mineradores da região. Em sentido oposto, observamos conjuntos de terras de trabalho intrinsecamente ligados a grupos de agricultores reunidos em assentamentos de reforma agrária ou mesmo influenciados pela imigração e ocupação da floresta,

formando grupos heterogêneos e complexos, por assim, denominados de povos da floresta.

Dessa forma, como vimos anteriormente, o estado brasileiro planejou para Amazônia o uso e o controle dos territórios, em especial das terras que, gravitavam em volta da mina de Carajás. A exemplo, o Projeto Grande Carajás (PGC) viabilizaria a exploração agromineral e florestais assim como, a superposição de territórios federais sob os estaduais e estímulo a colonização de parcela capitalizada de migrantes oriundos do Sul e Sudeste do Brasil. No **Mapa 1**, é possível observar as Unidades de conservação (UC), que fazem parte do Município de Parauapebas. Destaca-se, a APA do Gelado vizinha a floresta nacional de Carajás.

**Mapa 1** – Mosaico das áreas protegidas na FLONA de Carajás, Parauapebas/PA.



Fonte: ICMBio; IBGE, 2020. Elaborado por Wesley Matheus, 2021.

As políticas ambientais implementadas pelo estado brasileiro instituíram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9.985 de 2000, a política ambiental passa a ter uma perspectiva “conservacionista”. Cabe frisar, os movimentos e os embates políticos sobre o ambiente, tiveram no Seringueiro Chico Mendes o início dos debates sobre áreas para preservação e posteriormente sua conservação.

Com o surgimento do SNUC nos anos 2000, a responsabilidade inicialmente fica sob a batuta do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) com a gestão desses territórios, além das relações com populações locais perante os órgãos do governo nas três esferas administrativas. Após este primeiro momento, em 2007 com a promulgação da Lei N°11.516 a gestão ambiental das Unidades de Conservação (UC), passou a ser de incumbência do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Esta mudança é importante pois, a cogestão e corresponsabilidades foram adotadas, nessa relação o “controle” do território perpassa pelo domínio do estado (PROST; SANTOS, 2016).

Nessa perspectiva, ocorre o surgimento da Associação dos Produtores da APA do Igarapé Gelado (APROAPA), tentativa dos agricultores em mediar e pleitear benefícios juntos à Vale e ao ICMBio. Da mesma maneira, surge a Associação das Mulheres Camponesas Filhas da Terra (Filhas da Terra), segundo nossos interlocutores o motivo do surgimento se justificava pois os projetos envolviam somente os homens, ficando as mulheres de “fora”.

A **Foto 1**, ilustra o local da organização da Associação de Mulheres Filhas da Terra na APA do Gelado, nessa ocasião em especial ocorria a distribuição de mudas do Açaizeiro entre as mulheres associadas na APA do Gelado.



**Foto 1** – Filhas da Terra APA do Gelado, Parauapebas/PA.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

Em conversa com a Núbia Gurgueia, presidente da Filhas da Terra soubemos que:

As filhas da terra surgiram através de projetos e a demandas que tinha, porque na época tinha só a associação dos homi então aí através da Isabel e Viviane, na época também estavam as irmãs Joseli e Maria Rita, que já faleceu. Aí, tipo assim, elas, tinha curso, tinha um bucado de coisas disponível para eles, tinha política para mulheres mais não tinha como acessar porque até então só tinha associação dos homens aí através disso surgiu a associação de mulheres [...] (Núbia, entrevista realizada em março de 2021).

O direcionamento dos projetos de instituições como IBAMA, SEMA, Vale e ICMBio, era capitaneado principalmente para os homens. A mobilização das mulheres residentes na APA implicou no surgimento da Associação Filha da Terra. Envolve cursos de panificação, confeitaria, corte e costura, como também, boas práticas no uso de utensílios da cozinha. Em nossa pesquisa de campo, observamos o envolvimento na

distribuição de mudas de açaí, futuramente seriam utilizados como ingredientes para fabricação de doces.

A APA do Igarapé Gelado é recortada por dois grandes projetos Mínero-Metalúrgicos, a saber: Projeto Carajás e o Projeto Salobo, este último tem como divisor o Rio Itacaíunas, ou seja, é instalado já no Município de Marabá. Porém, o transporte é feito por estradas por aproximadamente 80 quilômetros, da planta mineral do Salobo até o quilômetro 01 da Rodovia Paulo Fonteles. Essa logística é feita por caminhões caçamba que transportam principalmente o Cobre (CU), assim como o transporte de trabalhadores é feito por ônibus de porte rodoviário. Após a chegada, é pesado e armazenado em galpões de estocagem para depois serem transportados pela Estrada de Ferro Carajás (EFC) até o Porto de Itaquí no Maranhão. A **Foto 2**, mostra a estocagem do minério oriundo da mina do Salobo.

**Foto 2** – Estocagem do Minério da Mina do Salobo, Parauapebas/Pa.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Ainda em operação, a Mina de Carajás, símbolo do Conglomerado Vale S/A e atualmente a principal planta de extração de Ferro (Fe) e a mais valiosa, em termos, para

o grande capital. De acordo com a Mineradora, no empreendimento é utilizado 3% da FLONA de Carajás e os outros 97% são “protegidos” em parceria com o ICMBio e IBAMA (VALE, 2021).

O boom da exploração Mineral em 2003 até 2011, período do consenso de commodities (SVAMPA, 2015), marcou um período de rearranjo da mineradora Vale na Região de Carajás. Ocorreu uma procura por novos e velhos territórios, ricos em Minérios de valor comercial. Os estados mineradores intensificaram seus mecanismos para converter suas economias na busca incessante por superavit primário advindos da compensação pela exploração mineral, ao mesmo tempo, reforça o território as economias primárias, exportadoras de *commodities* (WANDERLEY, 2017).

Na América Latina, em especial no Chile, a megamineração do Cobre e Lítio extrai minérios no deserto do Atacama ocasionando mudanças territoriais afetando diretamente os Povos Andinos poluindo o ar, água, solo, flora e fauna bem como mudanças no relevo da cadeia montanhosa chilena (ROMERO, 2019). Nesse mesmo contexto, a Região de Carajás especializa-se na extração mineral do Ferro de elevado grau de Pureza, aproximadamente 63%. O extrativismo em grande escala dependente da exploração intensiva e predatória da natureza. O que podemos identificar como neoextrativismo (GUDYNAS, 2015).

No decorrer da elaboração deste artigo, em meados de julho de 2021 era realizada a audiência de licenciamento ambiental sobre a viabilidade da nova cava a ser aberta, a chamada mina N3<sup>11</sup>. De acordo com a Mineradora Vale S/A, a capacidade produtiva será de aproximadamente 10 milhões de toneladas por ano, com vida útil estimada em 7 anos e representará 10% das minas N4 e N5. Ainda segundo a mesma, irá contribuir para manutenção dos atuais patamares de extração mineral em Carajás. Os argumentos apresentados, supostamente justificaria abertura da mina N3 são: manutenção de empregos na localidade; manutenção de tributos, federais, estaduais e municipais;

---

<sup>11</sup> Trata-se da abertura de uma nova mina, com a utilização de estruturas já existentes e licenciadas (LO 267/02), tais como: Pilha de deposição estéril, usinas e pátios de estocagem, entre outras (VALE, 2021).

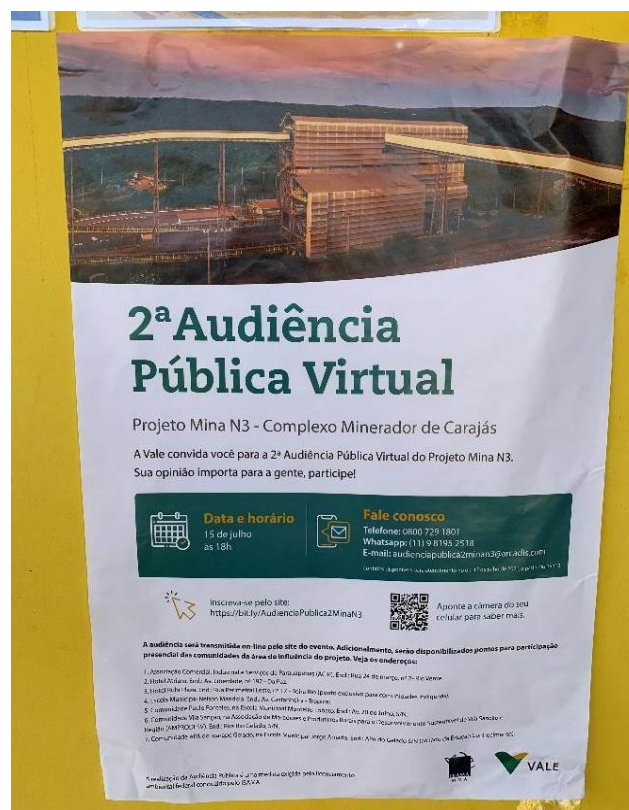


compensação financeira pelos recursos explorados; visando minimizar impactos ambientais, a empresa utilizará todo o complexo minerador de Carajás: refeitório, usinas, pátios, escritórios e as barragens.

A operacionalização de aproximadamente sete anos, ocorrerá nas seguintes etapas: 1) supressão da vegetação na área de cava, 1 ano; 2) perfuração de poços de rebaixamento, 1 a 5 anos; 3) start-up da lavra na mina N3; e 4) execução da lavra na Mina N3, 1 a 7 anos. É previsto um contingente médio na fase de operação girando o entorno de 181 trabalhadores no pico da produção ocorrerá pelo 6º ano.

A **Foto 3** foi fixada nos principais estabelecimentos de encontros na APA do Gelado, a saber: Escola Municipal de Ensino Fundamental Jorge Amado, Sede da Associação de Mulheres Filhas da Terra e Unidade Básica de Saúde da APA. Bem como em rádios locais, comunicavam sobre a 2ª audiência Pública, ocorreria de maneira virtual.

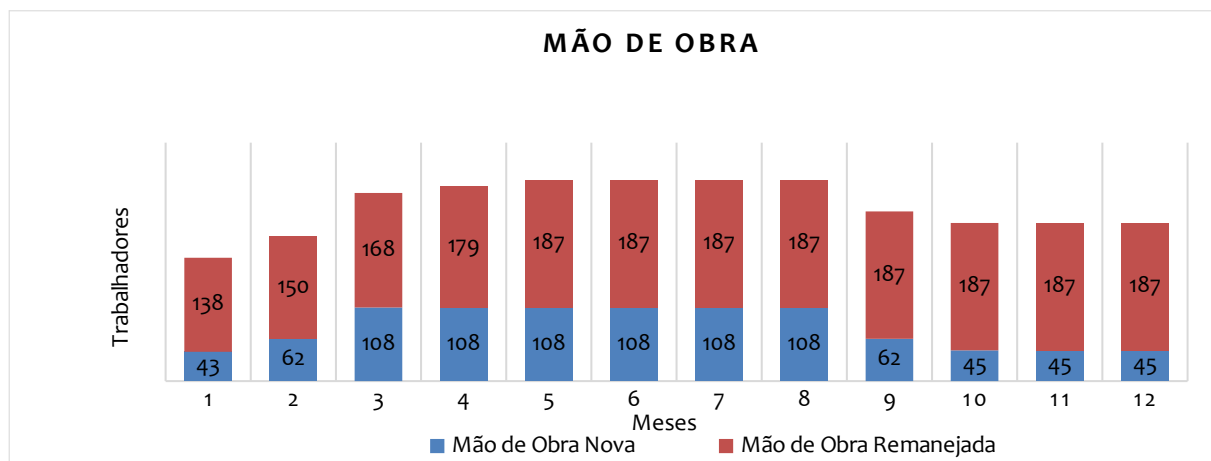
**Foto 3** – Cartazes espalhados pelos principais pontos de encontro na APA do Gelado.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Na mesma audiência ocorrida entre Vale S/A, IBAMA, Indígenas, e camponeses tentou-se justificar a importância da nova mina, sob a justificativa da manutenção de empregos (**Gráfico 1**), e recolhimento de impostos para o Município Minerados de Parauapebas.

**Gráfico 1** – Previsão de contratação de Mão-de-Obra Mina N3.



Fonte: Vale S/A. Organizado pelos autores, 2021.

O projeto da Mina N3, tem como objetivo manter o volume de minério exportado em função da proximidade da exaustão das minas mais antigas. Outro argumento propagado pela mineradora, se dá pela manutenção dos empregos e aumentos de postos de trabalho com a prospecção da nova mina. A previsão ocorre nos primeiros 12 meses de execução do projeto Mina N3.

Uma questão em evidência diz respeito aos Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) e o Relatório de Impactos Ambientais (RIMAS). Eles são contratados pelas empresas financiadoras do projeto, em especial, na mina N3, a Vale contratou a empresa AMPLO, que se utilizou de instrumentos questionáveis na elaboração final apresentada ao IBAMA e debates com a sociedade civil. De acordo com Souza (2020), as empresas privadas estão a mando de quem as contrata logo observamos a existência de relatórios de baixo teor técnico e metodológico. Por vezes, há casos de órgãos estatais que sofrem pressão na rapidez dos relatórios, tais processos são viciados desde a sua origem.

A megamineração em Parauapebas e, recentemente, em Canaã dos Carajás, Sudeste do Pará, movimentou o setor extrativo que opera em redes, reorganizando o espaço agrário amazônico. Concordamos com Gonçalves (2021) quando infere que o setor de extração agromineral reforça o Brasil como exportador de *commodities*. Desse modo, especializa a região de Carajás como exportadora de minérios, fraturando territórios indígenas e camponeses.

## 2.1 Unidade de Conservação: vigilância e controle

As unidades de conservação ambiental no Brasil carregam consigo desde a sua origem, a proteção de espaços “naturais” e hoje compõem o sistema “SNUC” (Sistema Nacional Unificado de Conservação). Por meio do SNUC é adotado um modelo de cogestão dessas unidades de proteção de uso sustentável. No caso específico da APA do Gelado, a mediação ocorre entre os membros da APROAPA com o ICMBio e Vale no processo de gestão.

351

A criação dessas unidades de conservação e seu processo de gerenciamento é permeado de contradições. Há, claramente, uma superposição de territorialidades onde as relações de poder assimétricas se dão na disputa entre a empresa capitalista, na figura da Vale, o ICMBio e IBAMA na representação do Estado Nacional e a Aproapa na organização das famílias. Sabemos que a correlação de forças na configuração política da APA é desigual e nos leva a questionar a quem interessa este modelo, pois quando da sua criação geralmente não considera as comunidades residentes antes mesmo do ato jurídico.<sup>12</sup>

Em nossa pesquisa de campo, observamos um aparato de vigilância e controle sobre o uso do território em áreas dos colonos e áreas da Vale. Terras de trabalho, águas

---

<sup>12</sup> A remoção de famílias que residiam na área do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos. Ocupavam a Margem da Rodovia PA-140, liga Parauapebas a Canaã dos Carajás Sudeste do Pará.

de trabalho são delimitados e fracionados por um aparato de vigilância terceirizada contratada pela Vale, rondas motorizadas, câmeras de vigilância monitoram o acesso da única estrada pavimentada ligando a Rodovia Paulo Fontelles até a Estrada da “Apinha”.

A lógica da reprodução social camponesa não se resume somente ao lote da família. A utilização da caça, coleta e pesca foram limitados pelo controle do território, ao separar as áreas da Vale e área do colono. A área da Vale nos revela uma paisagem marcada por muros e cercados no interior da APA do Gelado. O aparato de vigilância é presente próximo a barragem e nos pequenos córregos, locais de despejos da água de rejeitos. No ato de nosso último campo soubemos da proibição da pesca próximo aos canais de drenagem da barragem, muitos afirmavam que o pescado existente nesses lagos estava contaminado por rejeitos.

Romero (2019) ao pesquisar os territórios das comunidades andinas e a especialização mineral no deserto do Atacama no Chile, sinaliza para a ocorrência do controle de redes territoriais pelas mineradoras chilenas. Na APAIAG, os córregos e igarapés faziam parte do universo social e ambiental do campesinato, a construção da Barragem do Gelado e Geladinho impuseram uma série de restrições ao uso das redes territoriais. As plantas minerais necessitam ao final do processo de britagem do minério da utilização de significativas quantidades de água para “lavagem” do minério, essa água é dispensada em reservatório das barragens (gelado e geladinho) depois são despejadas em córregos e igarapés.

Conforme consta na **Foto 4**, a vigilância particular é realizada vinte e quatro horas por dia por seguranças contratados pela mineradora. Ou ainda, arames farpados separam a estrutura da barragem do Gelado ao acesso das famílias que residem na APA.

**Foto 4** – Controle e vigilância na Barragem do Gelado, Parauapebas/PA.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

A paisagem geográfica camponesa é transformada por essas dinâmicas externas. Os conflitos territoriais entre os grandes projetos na Amazônia, não são recentes, e há todo instante estratégias são impostas a famílias de agricultores impactados por lógicas externas ao lugar.

Nesse seguimento, os interesses da mineradora Vale, afetam diretamente a reprodução social dos camponeses na (APAIG) por conviverem com a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e mais recentemente com o projeto de duplicação e construção do ramal ferroviário e, por último, com a crise das barragens de rejeitos de minérios. Tornou-se inevitável a ampliações de tensões e disputas entre territorialidades distintas nessa região. As incursões da Mineradora Vale S/A objetivam o aumento da acumulação capitalista, exemplificando o aumento ocorrido recentemente na duplicação do trecho Rodo-Ferrovário fracionando os estabelecimentos agrícola, lugar de reprodução da família camponesa (WANDERLEY,1996).



## Considerações finais

Desvendar a relação de poder assimétrica entre os sujeitos ligados ao neoextrativismo e o campesinato na região mineradora de Carajás, é nesse viés em que consiste nosso esforço de pesquisa demonstrado, parcialmente, neste artigo. Destacamos para isso, a necessidade de articulação entre a dimensão ambiental da Questão Agrária na Amazônia. A Vale S/A, por meio de mecanismos de mando, desenvolveu refinadas formas de controle do território, utilizando para isso Unidades de Conservação. Tudo para que sua narrativa baseada na dimensão do ecológico seja pensada e executada como forma exclusiva de acesso aos recursos, tanto no subsolo quanto na superfície. É verdade que os agricultores, em conjunto com alguns mediadores nas instituições ambientais, vêm aos poucos quebrando essa lógica, mas ainda de modo muito incipiente.

Vimos também que ao longo de seu itinerário de lutas, os camponeses refinam seus instrumentos de resistência e convertem a dinâmica da mobilidade, imposta pelo capital ao seu favor. Dizemos isso, pensando os diversos deslocamentos de camponeses para áreas de garimpo ou experiências de proletarização nas minas, não como formas de descampanização, mas como experiências cognitivas de aprendizados contínuos, importantes para a afirmação desse sujeito social como protagonista de seu território. Desta vez, com mais acúmulo de experiências e trajetórias bem mais organizadas.

Falamos isso pelo motivo de que muitas famílias sofreram impactos profundos em seu modo de vida e de produção e, logicamente, em sua reprodução social camponesa. Barragens, vigilância e uso restrito ao território na APA são alguns dos elementos constrangedores para as territorialidades dessas unidades familiares. Os dados nos induzem a problematizar a ação da prática mineradora promovida, principalmente pela Vale, que reforça as contradições próprias da sua atividade, causando problemas ambientais ao converter os bens comuns em uma lógica de acumulação permanente. Como consequência intensificam-se os conflitos territoriais e, contraditoriamente,

abrem-se possibilidades para a permanência das famílias camponesas que têm resistido no território e construindo sua liberdade tecidas no trabalho diário com a terra.

## Agradecimentos

Dedicamos boa parte desse trabalho ao Sr. Raimundo Nonato. Durante três anos foi aluno de um dos autores na Educação de Jovens e Adultos (EJA), Escola Jorge Amado da APA do Gelado. Boa parte das reflexões apresentadas nesse artigo foram desenvolvidas nas longas conversas em sala de aula, nas visitas em campo e no cafezinho com ele. Somos gratos!

## Referências

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Editora: Ática, 1997.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. “Eles não vieram, eles chegaram” – a territorialização dos camponeses no sudeste do Pará na Palmares II – Parauapebas/PA. In: COUTO, Aiala, C. SANTOS, Tiago V.; RIBEIRO, Willame O (orgs.). **Amazônia: fronteiras, grandes projetos e movimentos sociais**. Belém: EDUEPA, 2019.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. **Fronteiras Agrárias Intermitentes e Processos de Territorialização do Campesinato na Amazônia: uma análise comparativa de Projetos de Assentamentos Rurais no Sudeste e Sudoeste do Pará**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto grande carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Marabá: ed. Iguana, 2015.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

- FABRINI, João. Território, Classe e Movimentos Sociais. **Revista da Anpege**, v. 7, n° 7, pp. 97-112, 2011.
- FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **Revista Campo-Território**, v. 1, n°2, pp.19-40, 2006.
- FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo 2011.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Vinte anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta, I. M. (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela /Paz e Terra, 2004, p. 273-291.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando no Território dos Territórios. In: PAULINO, Eliane. T.; FABRINI, João E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-301.
- GONÇALVES, Ricardo Júnior Assis Fernandes. Mineração em grande escala, disputas pelo subsolo e o espaço agrário fraturado em Goiás, Brasil. **Revista de Geografia**, v. 36, n°2, pp. 01-20, 2019.
- GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza**. Cochabamba: CEDIB/CLAES, 2015.
- HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina. Introdução: contemporaneidade do campesinato na Amazônia Oriental. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia B.; MANESCHY, Maria C. (orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002. p. 29-45.
- JORNAL AMAZÔNIA. Dono de empresa de extração ilegal de minério é preso em Curionópolis: ação faz parte da operação 'fe26', deflagrada nesta terça-feira (15) pela polícia federal. **Jornal Amazônia**, Belém, 15.10.2021. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/policia/video-dono-de-empresa-de-extracao-ilegal-de-minerio-e-preso-em-curionopolis-1.336620>>. Acesso em 16/10/2021.
- LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia: Estado, homem, natureza**. Belém: Cejup, 1992.

- MACEDO, Catia Oliveira. **Diferenciação Sócio-Econômica e Campesinato: O caso dos assentamentos Cristo Rei, Ubá e Rio Branco no Sudeste do Pará.** Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MAGALHÃES, Sonia Maria Barbosa. Tempo e Trajetórias: reflexões sobre as representações camponesas. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (orgs.) **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará.** Belém: Edufpa, 2002.
- MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. **O que Vale em Carajás? Geografias de exceção e re-existências pelo caminho do Ferro na Amazônia.** Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.
- MARTINS, Andreza. **O mar de todos: relações entre conservação marinha e gestão pesqueira no Brasil.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2018.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.
- PALHETA, João Marcio da Silva; NETO, Cristian Nunes Oliveira. Conflitos pelos usos do território na Amazônia Oriental, **Mercator**, v.16, nº 16, pp. 01-29, 2017.
- PALHETA, João Marcio da Silva; MEDEIROS, Gláucia Rodrigues Nascimento; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Geografia e Mineração no Pará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, v. 1, nº 1, pp. 01-12, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha.** 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece/Carlos%20Walter%20Porto-Goncalves.pdf>>. Acesso em 19/01/2021.
- PRONI, Michel W. O império da concorrência: uma perspectiva histórica das origens e expansão do capitalismo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, nº 92, pp. 3-32, 1997.
- PROST, Catherine; SANTOS, Mario Alberto. Gestão territorial em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e incoerências no SNUC. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, nº 1, pp. 143-158, 2016.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: Entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Traduzido por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTANA, Antonio; SALOMÃO, Rafael; DE SANTANA, Ádamo; CASTILHO, Alexandre; GOMES, Sérgio. O valor econômico da savana metalófito da Floresta Nacional de Carajás, estado do Pará: uma contribuição teórica e metodológica. **Revista Teoria E Evidência Econômica**. v. 23, nº48, pp. 09-38, 2017.

SAQUET, Marcos. Proposições para estudos territoriais, **Geographia**, nº 15, pp. 71-85, 2006.

ROMERO, Hugo; OPAZO, Dustyn. El ayllu como territorio de vida en las comunidades Altoandinas y su relación con la configuración espacial de la minería en el Desierto y Salar de Atacama, Norte de Chile. **AMBIENTES: Revista de Geografía e Ecología Política**, v. 1, nº 01, pp. 38-78, 2019.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, v. 8, nº 7 pp. 1-21, 2005.

SVAMPA, Maristela. Commodities Consensus: Neoextractivism and Enclosure of the Commons. **Latin America South Atlantic Quarterly**, v. 114, nº 1, pp. 65-82, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios: Uma introdução à Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

WANDERLEY, Luiz Jardim. Do boom ao pós-boom das commodities: o comportamento do setor mineral do Brasil. **PoEMAS**, v. 1, nº 1, pp. 1-7, 2017.

**Fábio Henrique Gomes Pontes** é graduado em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- (IFPA), com especialização em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Rural Sustentável (INEAF/UFPA). Atualmente é mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Pará (UEPA) e atua como Professor efetivo da rede Municipal de Parauapebas/pa. **E-mail:** fabiohgp7@gmail.com

**Fabiano de Oliveira Bringel** é doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA). É pesquisador ligado ao Instituto de Teoria e História do Anarquismo (ITHA) e à Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental RP-G(S)A. **E-mail:** [fabianobringel@uepa.br](mailto:fabianobringel@uepa.br)

Artigo enviado em 28/10/2021 e aprovado em 10/12/2021.